

ENERGIA

Aldeias indígenas restringem usinas

Robson Fernandes/AE

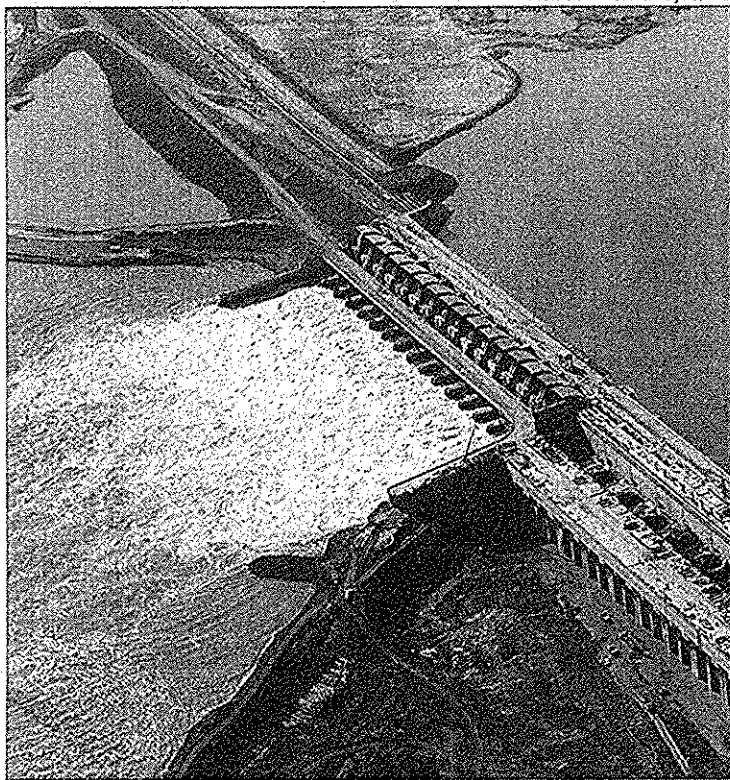
Projetos são refeitos para preservar populações locais e meio ambiente

ROBERTO CORDEIRO

BRASÍLIA – A existência de terras indígenas na área onde ficaria a represa da futura usina hidrelétrica de Santa Isabel levou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a reduzir o tamanho do empreendimento. Em consequência, a capacidade de geração da usina caiu em 73%. Caso semelhante aconteceu com a licença para construir a usina de São Jerônimo, no Sul do País. O projeto não evoluiu antes de se acertar a transferência dos índios. Houve intensa negociação com o Congresso Nacional e a Fundação Nacional do Índio (Funai) na elaboração do programa de assentamento dos índios da tribo Kaingang.

A autorização para construir essas duas usinas deverá ser licitada em 2001. No entanto, as precauções para evitar danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e às populações locais já começaram. Estes são dois exemplos de cuidados com o meio ambiente que a agência reguladora passou a observar antes de conceder licenças para construir novas usinas hidrelétricas. Antes de dar o pontapé inicial, os empreendedores têm de se comprometer com medidas que evitem danos à natureza, ao patrimônio histórico e às populações locais. Essas precauções constam dos Estudos de Impacto Ambientais (EIA) e dos Relatórios do Impacto ao Meio Ambiente (Rima).

O superintendente de Gestão dos Potenciais Hidráulicos (SGPH) da Aneel, Amilton Geraldo, disse que os órgãos de meio ambiente federal e estaduais são criteriosos na liberação destes documentos. Há duas semanas, a agência reguladora promoveu um seminário,



Usina de Porto Primavera: obras terão de atender as exigências

em Brasília, que contou com a participação dos principais investidores em geração de energia e institutos ambientais de 11 Estados. Geraldo explicou que o objetivo foi promover uma aproximação entre os executivos das empresas e os encarregados de liberar os laudos.

O empreendimento de Santa Isabel, que será erguido no Rio Araguaia, tinha a capacidade instalada prevista para 4.000 megawatts (MW). No entanto, a existência de uma tribo naquela região levou a Aneel a rever o processo. A partir de estudos técnicos, optou-se pela capacidade instalada de 1.080 MW. Isso representou uma redução de 73% do projeto inicial. Geraldo assegurou que esta foi a melhor solução para que os documentos fossem aprovados. A usina, pelo

projeto original, iria produzir 82,13% da energia prevista para os 11 aproveitamentos hidráulicos a serem vendidos até junho de 2001.

Negociação – Já a Usina São Jerônimo, que será construída no Rio Tibagi, entre as cidades de Londrina (PR) e São Jerônimo (PR), teve uma negociação mais demorada. Como a capacidade instalada de 330 MW não pode ser reduzida, foi necessário propor a transferência dos índios para uma outra região.

Geraldo explicou que o aval para construir a usina será dado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de um decreto no qual declarará concordar com as compensações à tribo Kaingang, aprovadas pelo Congresso Nacional e

pela Funai. Este acordo fará parte do edital de licitação da usina, a ser lançado no primeiro semestre, e deve ser cumprido pela empresa que vencer o leilão”, afirmou. A Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) de Minas Gerais fez uma série de exigências para liberar a licença ambiental da Usina Hidrelétrica de Murta, no Rio Jequitinhonha.

A fundação exigiu que o consórcio CMPB Energética promovesse o levantamento das famílias que moram na área rural do município de Coronel Murta. A Feam pediu também a construção de posto de saúde, escola e casas dotadas de infraestrutura para os moradores que serão retirados do local de inundação para a formação do lago da hidrelétrica. O documento determinou um plano para preservação da vegetação do Vale do Jequitinhonha.

Para conceder a licença ambiental da Usina Hidrelétrica Barra do Braúna, a ser construída no Rio Pomba, a Feam pediu que a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina elaborasse um plano levando em consideração eventuais interferências sobre os usos e captação da água, saúde e segurança da população de Cisneiros e Itapiruçu. O objetivo é garantir que os moradores não sejam prejudicados com o enchimento do reservatório.

O caso mais complicado foi o da Usina Hidrelétrica de Bocaina, no Rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Minas Gerais e Goiás. O projeto prevê a inundação de uma área de 440 quilômetros quadrados, um reservatório com volume maior do que o necessário para produzir os 150 MW de energia previstos no projeto.

Segundo explicou Geraldo, o tamanho do reservatório se explica pelo fato de ele ter uma segunda função, que é controlar a quantidade de água para as hidrelétricas que foram construídas no mesmo rio.

ANEEL SÓ
 DÁ LICENÇA
 SE HOVER
 PRESERVAÇÃO